 ISBN:978-85-87942-61-6

GT 024. Antropologia, gênero e sexualidade em contextos educativos

Elisete Schwade (UFRN) - Coordenador/a, Fátima Weiss de Jesus (UFAM/DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/PPGAS) - Coordenador/a Esse GT tem como objetivo discutir g?nero e sexualidade em pr?ticas educativas, a partir de interven?es e pesquisas antropol?gicas realizadas nos ?ltimos anos, no marco das pol?ticas que fazem refer?ncia a diversidade, de acordo com as possibilidades previstas na constitui??o de 1988 que, em 2018, completa 30 anos. Buscamos um balan?o das diferentes situa?es em que as reflex?es sobre g?nero e sexualidade s?o acionadas em contextos educativos, tamb?m em perspectivas que incorporem outros marcadores sociais da diferen?a, tais como ra?a, classe, gera??o. Desse modo ser? poss?vel perceber avan?os e retrocessos, perman?ncias e transforma?es, tendo em vista conflitos e din?micas pr?prias associadas as pol?ticas de educa??o e suas repercuss?es em contextos particulares. Ser?o aceitos trabalhos realizados com o enfoque metodol?gico e anal?tico da antropologia, com ?nfase na etnografia, realizados em escolas, na forma??o de professores, cursos de aperfei?oamento e especializa??o, cursos vinculados a movimentos sociais e organiza?es coletivas, entre outros.

A escola como inferno, mas também como redenção: experiências LGBT em contextos escolares na cidade de Fortaleza.

Autoria: José Ricardo Marques Braga

A pesquisa que aqui delineio é oriunda de um empreendimento etnográfico em contextos escolares na cidade de Fortaleza, a partir de observação participante e entrevistas semi-estruturadas em três escolas públicas da capital cearense, localizadas em áreas consideradas periféricas. Tendo como objetivo compreender as vivências juvenis de gays, lésbicas, travestis e transexuais no espaço escolar onde se inserem, pode se constatar, em consonância com Foucault (1984), como a escola é lugar central no controle, classificação e produção de corpos e de subjetividades, bem como lócus de exclusão, constrangimento e invisibilização daqueles que estão fora das normas hegemônicas de gênero e sexualidade. Entretanto, podemos também observar ? apesar de todas as marcas do sofrimento vivenciado por tais jovens e a sujeição a qual estão cotidianamente submetidos ? que há produção de linhas de fuga nesse ambiente (ANDRADE, 2012), através da formação de rede de sociabilidades entre os pares LGBT como forma de resistência, fortalecimento, empoderamento e dissidência. Ademais, apesar de a escola ser entendida pelo viés da negação, ausência de reconhecimento e espaço da injúria, insultos e agressões, ela é vista também como ambiente da ?redenção?, uma vez que os jovens entendem que a partir dos processos educativos formais podem ?subir na vida?, ?ser alguém? e ?ter um lugar ao sol?. Alguns jovens estudantes, assim, afirmam que a submissão às regras e normas escolares que negam suas existências é uma estratégia de resistência para manter-se na escola, utilizando-a como trampolim para alcançar destinos improváveis e beneficiar-se do respeito e dignidade, atributos garantidos apenas àqueles dentro da heterossexualidade e cisgeneridade. Outros, ao enfrentarem e se afirmarem explicitamente fora das normas dominantes da sexualidade, elaboram múltiplas formas de dissidência, buscando o reconhecimento através da visibilização das suas formas de ser e estar no mundo, não se assujeitando ao lugar que a escola lhe confere. Desta forma, percebe-se a heterogeneidade das maneiras de viver e experimentar os contextos escolares por parte dos jovens LGBT, pretendendo-se com este work contribuir para pensar as dinâmicas sociais engendradas pela escola no que concerne à diversidade sexual e de gênero.

A importância das políticas de educação no cenário recente da política sexual brasileira:

 ISBN:978-85-87942-61-6

venturas e desventuras dos ?adolescentes LGBT? na relação com instituições escolares

Autoria: Vanessa Jorge Leite

A escola tem um papel central para os jovens. É lá que eles passam boa parte de suas vidas, constroem suas redes de sociabilidade e experimentam a maioria de seus valores. Crianças, adolescentes e jovens que rompem com convenções sociais de gênero e sexualidade estão particularmente expostos a situações de violência e discriminação nos espaços educativos. Contudo, nesse work, proponho a reflexão de que os espaços educativos se apresentam como o lugar do conflito, onde diferentes concepções e valores em relação à sexualidade e ao gênero se confrontam. A partir de pesquisa realizada em Centros de Cidadania LGBT, onde voltei o olhar para os casos de adolescentes que acessaram esses Centros, pude verificar que, depois das famílias e da vizinhança, as escolas são, segundo os profissionais que atuavam nos Centros, o espaço social onde os adolescentes encontram maiores dificuldades na vivência da diversidade sexual e de gênero. O primeiro relato de todos os profissionais dos Centros, quando perguntados sobre situações envolvendo escolas e jovens, é de eventos de desrespeito e violência. Em geral, as escolas não têm incorporado um entendimento da diversidade sexual e de gênero como algo que faz parte da vida dos jovens, logo, algo que comporia o cotidiano escolar. Porém, os relatos desses mesmos profissionais nos mostram que há muitas formas de lidar com a diversidade sexual e de gênero dos jovens pelos diferentes agentes institucionais da educação. O confronto de moralidades em relação ao gênero e sexualidade também está presente no cotidiano de cada escola. Poderíamos assim, pensar que uma realidade que parece contraditória do fazer cotidiano das escolas ? ela acolhe e ela discrimina ? se articula com um contexto em que se expressa claramente o confronto de diferentes concepções e valores em relação à sexualidade e ao gênero. Essa realidade, vista como contraditória, é, a meu ver, o melhor retrato da expressão do conflito, que habita a escola e a sociedade brasileira de forma mais ampla. Uma das complexidades do processo que vivemos é que, as concepções sobre as quais os regimes da sexualidade se apoiam não são exatamente sucessivas no tempo, mas convivem tensamente no cenário contemporâneo, em diferentes modos de articulação e, de enfrentamento. E esses enfrentamentos se mostram, (1) na elaboração de normativas da política de educação, (2) nas controvérsias públicas que envolvem a política de educação e a diversidade sexual e de gênero, bem como (3) no fazer cotidiano das escolas e educadores. É fundamental estarmos atentos para essas diferentes dimensões da política de educação, onde se apresentam disputas de concepções, valores e projetos de sociedade, em um contexto de intenso conservadorismo que observamos na sociedade brasileira.

Trabalho completo

Antropologia E Escola: Uma Reflexão Sobre A Educação Para A Diversidade Sexual E De Gênero A Partir Do Cinema

Autoria: Fernanda de Carvalho Azevedo Mello

O presente artigo é mais um fruto do projeto de extensão desenvolvido através da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), intitulado Cine Debate: Igualdade de Gênero e Raça na Escola. O objetivo primeiro do projeto era estimular um debate/conversa que levasse à reflexão entre alunos do ensino médio sobre as questões de gênero e raça, e suas variadas intersecionalidades na Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Cândido Duarte, no Bairro de Dois Irmãos, Recife. A conversa era mediada pelos bolsistas do projeto logo após a exibição de um curta-metragem, sempre brasileiro, com a temática. A metodologia incluía ainda o preenchimento de questionários, com perguntas abertas e fechadas, que nos ajudaram a apreender a extensão da compreensão e adesão ao projeto e também serviram como material para este work. A Visita (2014) e Quem Tem Medo de Cris Negão (2012) foram exibidos juntos por abordarem a transexualidade dentro da sociedade brasileira. A Visita traz o olhar lúdico de Matheus, uma criança negra que aguarda

 ISBN:978-85-87942-61-6

ansiosamente a visita de seu pai; enquanto Quem Tem Medo de Cris Negão entrevista diversas prostitutas que conheciam Cristiane Jordan, travesti e cafetina assassinada com três tiros no rosto no centro de São Paulo. Os questionários referentes às duas obras serão analisados à luz do encontro entre a antropologia e a educação, contextualizando as respostas e os perfis dos estudantes.
Trabalho completo

Coletivos feministas em instituições educacionais.
Autoria: Julyana Vilar de França Manguinho, Elisete Schwade.
As ideias e questionamentos sobre as diferenças de gênero estão sendo experienciadas e reivindicadas em amplas esferas sociais, seja nas redes virtuais, nas manifestações de rua ou em espaços educacionais, como escolas e universidades. É nesse contexto que se insere minha pesquisa etnográfica, onde busco por meio da minha inserção em contextos educacionais acessar as práticas feministas que estão sendo desenvolvidas nesses cenários, enfatizando as trajetórias, experiências femininas e construção dos discursos e narrativas. O objetivo é perceber quais as concepções de gênero que estão sendo representadas, que são movimentadas por reflexões feministas, buscando abordar as estratégias de negociações que estão sendo construídas dentro do campo relacional e complexo, encontrando as possíveis tensões e contradições dentro desse universo. Assim o enfoque é dado na construção das agencialidades em campo, nos processos, dinâmicas e nas diversas dimensões conectadas com as pautas feministas contemporâneas. Com isso, pretendo dar voz as interlocutoras para que sejam evidenciadas questões sobre seus projetos, inquietações e ?bandeiras?, dentro de uma perspectiva que interseccione noções sobre corpo, classe, raça e sexualidades, articulando com outros domínios, como os movimentos sociais feministas e o ativismo digital. A trajetória da pesquisa foi sendo estruturada nas redes educacionais, transitando por escolas, institutos federais e universidades na cidade de Natal/RN, destacando a inserção junto aos coletivos feministas que estão sendo estruturados em diversos ambientes educacionais, que buscam, dentre várias atuações, questionar valores e normas institucionais que evidenciam diferenças no tratamento entre alunas e alunos. Os debates sobre assédio sexual e cultura do estupro são importantes mobilizadores das discussões, operando como disparadores para novas formas de organizações. As análises e reflexões desencadeadas em campo sinalizam que é possível construir práticas de resistência as desigualdades de gênero nos espaços educacionais, apontando também que convenções sociais e discursos hegemônicos são reproduzidos e normatizados nos diversos contextos pesquisados.
Trabalho completo

Diferença e diversidade na escola: uma análise sobre raça, gênero e sexualidade
Autoria: Daniara Thomaz
Este texto discute formas de percepção da diferença por meio de uma análise etnográfica dos modos pelos quais estudantes secundaristas lidam com marcadores de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. O work de campo baseia-se em práticas, expressões e relações juvenis observadas durante o ano de 2018 nas aulas de Sociologia do Colégio Estadual Adaile Maria Leite, situado na periferia de Maringá-PR. A intenção é analisar as maneiras plurais e contraditórias pelas quais grupos de jovens em fase de escolarização estão convivendo, percebendo e se relacionado com as variadas diferenças que os constituem. Desse modo, espera-se que a pesquisa possa contribuir para o debate em torno do papel da escolarização pública e, conseqüentemente, do exercício da docência em contextos sociais marcados pela diversidade, pela vulnerabilidade e pela pelas assimetrias de poderes no processo cotidiano de construção, contestação e subversão do que Judith Butler já chamou de ?corpos que importam?. Ao final, o texto propõe uma

 ISBN:978-85-87942-61-6

composição criativa entre o campo e a literatura especializada da área para dialogar com os desafios éticos, políticos e formativos de se conceber e desenvolver estratégias pedagógicas sensíveis as diferenças e desigualdades que constituem as relações sociais em sala de aula.
Trabalho completo

Educação, Políticas Públicas e Diversidade étnico - racial: diálogos entre Antropologia e Educação
Autoria: Angélica Maria Vieira Cruz
O presente work tem como objetivo apresentar reflexões acerca da lei 11645/08, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e História Indígena, seu trato e impactos na formação docente de forma geral. O intuito é perceber como a mesma vem sendo percebida e tratada pelos docentes e discentes do curso de História da Universidade Federal do Piauí - campus Ministro Petrônio Portela. Enquanto estratégia metodológica dividiu-se a pesquisa em etapas: na primeira etapa, foi realizado um levantamento das políticas públicas que visam o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial, principalmente àquelas relacionadas à Educação; na segunda etapa, foi analisada a aplicação de tais políticas no curso tendo como base a análise do Projeto Político Pedagógico, bem como a realização de entrevistas com o coordenador e professores do curso, e a aplicação de questionários com os discentes. Os dados obtidos durante a pesquisa foram submetidos a análises, e através da triangulação dos mesmos com o auxílio da literatura especializada foi possível perceber como a lei 11645/08, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e História Indígena, vem sendo percebida e empregada neste curso. As dificuldades apresentadas pelos discentes e docentes, e as diferenças apresentadas nos discursos são, portanto, as bases de nossa reflexão nesse work.
Trabalho completo

Gênero e sexualidade no livro didático: conteúdos e abordagens do livro Sociologia em Movimento em contexto de disputas no âmbito educacional brasileiro
Autoria: Helena Motta Mônaco
A partir de uma abordagem etnográfica, a pesquisa analisa o conteúdo de gênero e sexualidade no livro didático Sociologia em Movimento distribuído nas escolas brasileiras pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Explora o contexto de intensos conflitos sobre direitos de mulheres e LGBTs na educação brasileira com a ascensão de grupos conservadores como resposta a alguns avanços obtidos ao longo dos últimos anos, especialmente com políticas educacionais direcionadas à diversidade desenvolvidas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O livro didático em questão, que contém um capítulo exclusivamente dedicado ao estudo de gêneros, sexualidades e identidades, foi criticado por conservadores por impor a chamada ?ideologia de gênero? a alunos e alunas de Ensino Médio. Não obstante, este foi o livro de sociologia mais distribuído na última edição do Programa (2015-2017) e atualmente está em sua segunda edição. Ademais, o livro continua a desenvolver conteúdo didático sobre gênero e sexualidade, atualizando-se em debates contemporâneos na área, especialmente no que diz respeito a uma perspectiva interseccional. Assim, mesmo com os ataques ao tratamento de questões de gênero e sexualidade na educação básica, os autores e autoras do livro atentam-se para os desenvolvimentos recentes no campo da Antropologia Feminista, levando estes debates para as escolas brasileiras através do material didático.
Trabalho completo

Gênero, política e conhecimento: uma etnografia da atuação de pessoas trans no contexto

 ISBN:978-85-87942-61-6

universitário

Autoria: Brume Dezembro Iazzetti

O processo de expansão universitário nas duas últimas décadas no país aliou-se ao surgimento e fortalecimento de coletivos nas universidades voltados ao debate sobre gênero e sexualidade. Paralelamente, o movimento nacional de pessoas trans ganhou um aumento de visibilidade e uma presença política mais marcada de suas demandas e pautas ? embora mantenha uma série de entraves e aparentes retrocessos no contexto contemporâneo. Nas universidades, nota-se uma crescente adaptação em relação à presença de pessoas trans, sendo a implementação do nome social em sistemas burocráticos talvez o exemplo mais marcante. Tomando tais contextos como pano de fundo, esta pesquisa buscou compreender como o espaço da universidade se constrói enquanto abertura (ou não) à experimentação em termos de gênero e sexualidade. Para tanto, lançou mão de etnografia realizada junto a sujeitos que se autodenominam pessoas trans e a grupos ligados à diversidade de gênero e sexualidade no ambiente universitário. O projeto buscou articular três chaves conceituais: diversidade de gênero, ação política e produção de conhecimento no contexto universitário. Através da pesquisa de campo, observou-se que são construídas uma série de tensões entre um dentro/fora da universidade, com os sujeitos engajados nesses ativismos enfatizando a todo momento a importância da interseccionalidade e a necessidade de ir além do restrito espaço arquitetônico que a compõe. A mesma aparece mobilizada tanto enquanto um espaço produtivo (e relativamente seguro) quanto um espaço tensionado pela violência institucionalizada, ?privilégios? e um modelo de produção de conhecimento que acaba por excluir sujeitos marginalizados. Aqui, ?conhecimento? e ?política? entrecruzam-se a todo momento, com a universidade aparecendo como um espaço em disputa. Tais modos de fazer político enfatizam as dimensões da experiência e de corpo, que, sob uma perspectiva comparada, aparecem também presentes em movimentos feministas e negros contemporâneos. Esse conjunto de ativismos mobilizam uma série de terminologias que atravessam questões políticas e reflexivas (terminologias como o ?lugar de fala? e a ?vivência?) que, no contexto da universidade, nos permite formular e reformular perguntas epistemológicas e ontológicas. A pesquisa também atravessou minha própria trajetória pessoal, com o início de minha transição de gênero. Me assumir enquanto uma pessoa trans, para além de uma questão pessoal, trouxe também uma série de desdobramentos teórico-metodológicos que alteraram os rumos do work de campo e contorceram certas noções antropológicas e científicas assumidas em um primeiro momento.

Trabalho completo

Masculinidades no Contexto Escolar: Narrativas e Práticas Entre Adolescentes Estudantes do Ensino Médio.

Autoria: William Assis da Silva

Quais são as narrativas e práticas envolvidas no processo de (re)construção de masculinidades entre adolescentes estudantes de escola pública? Partindo desta questão, o presente artigo tem como intuito investigar como adolescentes constroem e reconstroem representações e práticas sobre masculinidades no contexto escolar do ensino médio, em duas escolas públicas de Juiz de Fora, analisando as relações entre os gêneros e considerando outros marcadores sociais de diferenças tais como classe, raça e geração. Tendo em vista ainda a contribuição e o diálogo com os debates históricos e contemporâneos sobre relações de gênero, geração, classe social e raça articulados aos debates presentes no campo da educação. O processo educacional, entendido no seu sentido mais amplo, pressupõe a construção social e corporal dos indivíduos e tem por objetivo estabelecer certo controle sobre a existência social e assegurar sua reprodução a partir de formas sociais transmitidas coletivamente. Como resultado de discursos, representações e práticas, o corpo é

inserido em uma rede de relações sociais que visam fixar sobre ele identidades. Evidentemente, os indivíduos não são meros produtos mecânicos de tais construções, mas sim seres variáveis, mutáveis e sujeitos ao contexto social e histórico em que encontram-se inseridos (LOURO, 1992). O processo educacional envolve, portanto, uma multiplicidade de variáveis que agem e interagem simultaneamente de forma dinâmica. Os sujeitos internalizam as informações transmitidas pelo meio social, mas também reelaboram e criam ideias sobre as maneiras de ser e agir. Tendo adentrado o espaço escolar, os indivíduos aprendem códigos, signos e classificações que anteriormente eram ensinados e apreendidos informalmente por meio do espaço comunitário, familiar e da mídia. Aos meninos são comumente associados os aspectos de ativos, impetuosos, extrovertidos e as meninas as características de dóceis, frágeis e afetivas. Tais características não apenas contribuem para o estabelecimento de diferenças e de identidades, como também determinam uma hierarquia que acaba por demarcar o espaço escolar e reforçar desigualdades, não apenas no que se refere a masculinidades e feminilidades, mas também entre um ?aluno padrão? e um ?aluno indisciplinado?. Sendo assim, o presente artigo tem como proposta investigar as narrativas e práticas envolvidas no processo de construção de masculinidades de adolescentes estudantes do ensino médio, tendo como locus de pesquisa uma instituição escolar pública. Utilizando o escopo teórico das Ciências Sociais, pretendo abordar não apenas marcadores sociais de diferença como gênero e geração, mas atentar também para outras contradições sociais como classe, raça e religião.

O corpo na escola: como pensar a relação entre educação e sexualidade no Brasil

Autoria: Beatriz Yolanda Pontes de Gusmão Sá

Este work levanta questionamentos sobre a presença dos valores sociais na maneira de comportar o corpo, dando enfase para a sexualidade. Assim, explora como nós aprendemos técnicas de regulamentação corporal desde crianças, colocando o corpo como elemento social. Desta forma, aponta-se a aceitação e a discriminação presente na sociedade com as pessoas que possuem orientações sexuais diferentes da normativa, que é a heterossexual. Nesse contexto, a escola aparece como importante agente de socialização. É observado o universo escolar a partir das leis e das dificuldades que essas leis educacionais têm de serem postas em prática, devido ao reconhecimento da diversidade sexual expressa nelas. As objeções na legislação educacional ocorrem a partir do posicionamento de uma normatização conservadora por parte dos atores políticos profissionais, como o projeto Escola Sem Partido. A intenção é refletir sobre a necessidade de pensar e fazer a escola atuar como uma ferramenta de transformação para que haja mais respeito social com os ?diferentes?. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, mas com exemplos reais retirados de pesquisa empírica e, também da realidade social do país.

Trabalho completo

Outros olhares sobre a história da antropologia: experiências pedagógicas de formação na preparação do 18th IUAES World Congress

Autoria: Leonardo de Miranda Ramos

Apresentaremos neste paper resultados de uma experiência pedagógica de formação na área de gênero, questões queer e decoloniais desenvolvida para a preparação do 18th IUAES World Congress intitulada Seminários da Secretaria. Tratou-se de parte de um projeto de extensão visando a formação de estudantes de graduação e pós-graduação, nos meses que antecederam o 18th IUAES World Congress, para que conhecessem as trajetórias intelectuais dos principais keynote do congresso. O Seminário visou introduzir autoras e autores pouco estudados em cursos de graduação e pós-graduação em antropologia no Brasil, onde a formação é centrada em autores "clássicos", em geral homens (na sua grande maioria brancos), oriundos

 ISBN:978-85-87942-61-6

dos Estados Unidos, França e Inglaterra e alguns outros países europeus. Além da dimensão de formação teórica, o projeto teve também uma importante dimensão política, pedagógica e metodologia. Um dos principais objetivos foi acolher as e os estudantes em um espaço seguro de debate, que em sua base se propôs horizontal e colaborativo, em que as e os participantes eram convidadas a serem intérpretes, tanto da linguagem (pois o material encontrado estava em sua maioria em inglês) quanto na tradução dos conhecimentos propostos pelas e pelo autor estudado através das lentes de suas próprias experiências como estudantes de antropologia. Colocando em diálogo a experiência de alunas e alunos brasileiras, latino-americanas e africanas que participaram do projeto se observou que esse diálogo horizontal aproximou a equipe de estudantes engajados na organização do 18th IUAES World Congress de antropologias contemporâneas não-hegemônicas na formação em antropologia. Concluímos que a descoberta destas e deste autor, oriundos de diferentes antropologias mundiais trouxe novas perspectivas de entendimento da antropologia no espaço global, fazendo com que estudantes de graduação e pós-graduação ao se reconhecerem nos autores e nas perspectivas teóricas por eles apresentadas, colocassem também em cheque as formas de ensino tradicional de antropologia em cursos de graduação e pósgraduação no Brasil.
Trabalho completo

Tecendo gênero e diversidade nos Lençóis Maranhenses: da exclusão ao enfrentamento na escola

Autoria: Laurinda Fernanda Saldanha Siqueira, Maynara Costa de Oliveira Silva

"Mas professora, a vida é minha, eu tenho direito de viver e de amar, né? Não tenho, professora?". Dessa pergunta (e de todas as suas entrelinhas) extraímos uma necessidade latente de enfrentamento. De enfrentamento da homofobia, lesbofobia e misoginia na escola, por meio de estratégias, atividades e ações contínuas de combate. Entendemos a educação como principal forma de transformação social, que permite a luta por direitos e garantias e pela dignidade da pessoa humana, e que, portanto, cumpre seu papel também ao (des)construir alguns conceitos e preconceitos. Para ampliar a formação em gênero, diversidade e sexualidade em escolas públicas de Barreirinhas (MA), eu, uma professora de química, convidei uma antropóloga-advogada para que juntas, pudéssemos desenvolver este projeto. Buscamos sensibilizar as comunidades escolares; conhecer seu entendimento prévio; divulgar amplamente nossas atividades. Organizamos e executamos minicursos, oficinas e palestras, em ordem crescente de complexidade, sobre temas de gênero, diversidade e sexualidade, binarismo, novos arranjos familiares, violência de gênero, homofobia, lesbofobia, transfobia, o acesso à educação por transgêneros (direitos, dificuldades, nome social etc) e dentre outras. Elaboramos com xs alunxs materiais, metodologias e instrumentos didáticos para auxilio ao debate de gênero, diversidade e sexualidade em todas as disciplinas. A seleção dos temas propiciou axs alunxs contato com conteúdos relacionados à diversidade, cidadania e noções de Direitos Humanos, Direito Constitucional e Direitos Reprodutivos e Sexuais. Todas essas atividades foram desenvolvidas durante aulas de química e em eventos do IFMA Campus Barreirinhas (MA) e de escolas estaduais. Embora com resistência de alguns atores institucionais e sociais, e com falta de recursos materiais, as nossas observações das tarefas realizadas pelxs alunxs e de seus discursos durante as atividades do projeto, permitiram perceber sua evolução como cidadãos, conscientes, engajadxs nas lutas por igualdade de direitos entre homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, transgênero e cisgênero e contra toda forma de violência, (des)construtores de conceitos e agentes transformadores da realidade social. E isso independe da disciplina ministrada, afinal a diversidade é trans(versal). Ademais, os temas e conteúdos prospectados pelxs alunxs e as discussões e debates, atendem aos cinco eixos cognitivos ? domínio da linguagem, compreensão de fenômenos, enfrentamento de situações-problema, construção de argumentação e elaboração de propostas ?

da Matriz de Referência do ENEM, podendo assim, também ajudar nossxs alunxs nesta etapa da vida. Salienta-se que adotamos uma linguagem não-binária na escrita do texto, como um convite à reflexão de todxs.

Uma escola ?inclusiva?? Marcadores Sociais da Diferença no Espaço Escolar

Autoria: Ana Luiza Gomes Profírio

Este work busca refletir sobre os processos de ?inclusão? dentro do espaço escolar, a partir de um recorte generificado e racializado. Os dados aqui apresentados são resultado de uma pesquisa etnográfica com vista à elaboração da dissertação de mestrado. O work de campo foi realizado entre os meses de abril e dezembro de 2017, em uma escola pública da rede estadual de Alagoas. Acompanhei semanalmente a rotina de jovens estudantes do ensino médio, lésbicas, gays, travestis e transexuais, durante o intervalo e aulas vagas. Buscando apreender a centralidade do espaço escolar, para as experimentações juvenis no âmbito do gênero e da sexualidade. É importante mencionar que antes da realização da pesquisa lecionei nesta escola. Durante o work de campo, como forma de apresentar a minha pesquisa aos sujeitos, dizia estar interessada em saber como jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), percebiam a escola no que tange às questões de discriminação. A pesquisa ocorreu a partir de minha inserção em redes de relações de jovens que experimentavam a transição de gênero. Amanda que fazia uma rápida transição do feminino para o masculino, adotando o nome Fábio e se descrevendo enquanto um homem trans. E Gisele, que experimentava uma transformação mais gradual do masculino para o feminino, definindo-se principalmente como travesti. As amigas e amigos de Fábio e de Gisele em sua maioria compartilhavam experiências similares em relação à experimentação de relações homoeróticas. Estas/es jovens afirmavam considerar a instituição escolar ?inclusiva? e ?diversa? por vivenciarem situações pontuais de ?homofobia? naquele espaço. Era comum que realizassem uma comparação com as suas experiências escolares anteriores, destacando o work da direção para que fossem respeitadas/os no cotidiano escolar. A direção realizava uma ação de disciplinamento de docentes e estudantes, que não consistia na desconstrução de seus preconceitos, mas no impedimento de que fossem (re)produzidos em sala de aula. Chamando atenção sobre a escola ser um espaço público em que todas/os devem ser respeitadas/os, e opiniões preconceituosas e discriminatórias não devem ser emitidas. A lógica escolar frente às expressões não-heteronormativas era pautada pela ?inclusão? destes sujeitos no espaço escolar. Por mais que esta revele certos aspectos contraditórios, era inegável que as/os jovens estudantes lésbicas, gays, travestis e transexuais, estavam usufruindo de um espaço escolar mais democrático. Entretanto a ?inclusão? apresentava limites, não abrangendo os jovens estudantes negros e periféricos, percebidos enquanto ?vítimas? da desigualdade social, ou, associados à criminalidade e descritos com desconfiança por alguns profissionais da escola.

?Eu tenho o direito de estar aqui?: Uma etnografia sobre a construção de uma ?política institucional de gênero e diversidade sexual? em uma escola pública do Rio de Janeiro

Autoria: Paula Alegria Bento

O campo de work deste artigo baseia-se em uma pesquisa etnográfica realizada entre alunos de uma escola pública do Rio de Janeiro entre 2014 e 2015. O eixo central coloca-se no desafio de acompanhar e perceber as diversas formas de expressar-se, mover-se e afirmar-se através das performances de gênero, das práticas sexuais e as suas relações com a construção de uma ?política institucional de gênero e diversidade sexual? no contexto escolar. Durante as minhas observações para o work de campo do mestrado, notava que demandas e vivências que antes circulavam apenas no movimento estudantil e entre os professores mais engajados ganhavam espaço na agenda institucional. Localmente, já se percebiam mobilizações de forma

 ISBN:978-85-87942-61-6

autônoma, incentivadas por seus corpos docente e discente, como as atividades promovidas por coletivos e grêmios ou os projetos de Iniciação Científica e as iniciativas individuais dos professores em suas salas de aula. No entanto, no âmbito institucional, os primeiros passos vieram com a Aula Inaugural sobre ?diversidade sexual?, em 2015, e, em seguida, com a formação de um núcleo destinado à criação de ações e diretrizes capazes de institucionalizar uma política de gênero e sexualidade na escola. Para além das mobilizações em torno das situações de vulnerabilidade a que eram expostos os alunos que expressavam as suas diferenças em termos de gênero e sexualidade no espaço escolar, a presença de um estudante transexual abalou antigas estruturas e diferentes níveis da organização do colégio. No mesmo ano, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e promoções dos direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) publicou no Diário Oficial da União a Resolução de número 12, que estabeleceu parâmetros para ?a garantia das condições do acesso e da permanência? de travestis e transexuais nas escolas. Com isso, era preciso adequar não só sistemas de informática, banheiros e fichas de freqüência, mas, principalmente, tornar aquela uma realidade de construção e promoção da cultura de reconhecimento das diferenças e de enfrentamento de preconceitos e de discriminações, além de desestabilizar sistemas de representações que hierarquizavam e estigmatizavam pessoas e práticas. Diante deste cenário, a pergunta que fica é: o que fazer? No nível da instituição, isto é, como medida que envolve todo o colégio, entendeu-se que a criação de uma ?política de gênero e diversidade sexual? era primordial para avançar não só na ?garantia? dos direitos dos alunos, mas nos ?meios? fundamentais para que o seu exercício fosse pleno e possível.

Trabalho completo

?Ideologia de gênero? e a juventude assembleiana

Autoria: Bruna Lassé Araújo

Nos últimos anos, têm surgido debates acalorados sobre as questões de gênero e sexualidade, principalmente depois da votação do Plano Nacional da Educação (PNE), realizada em 2014. À época, líderes religiosos se posicionaram contra ao que chamaram de ?ideologia de gênero?, argumentando que esta buscava a destruição da família, da moral e dos bons costumes. Esta pesquisa objetiva compreender quais são os impactos dessa discussão entre a juventude das igrejas Assembleia de Deus (AD), pois concentram o maior número de adeptas/os no campo evangélico e um dos maiores contingentes de fiés do sexo feminino. O município de Seropédica é o lócus de realização da pesquisa por apresentar a maior taxa de evangélicas/os da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e uma das maiores em relação ao percentual de evangélicas/os de origem pentecostal. Busca-se entender quais fatores (ethos religioso, lideranças, nível educacional, influência familiar, de grupos políticos etc) influenciam o posicionamento das/dos jovens assembleianas/os. Para isso, serão realizados grupos focais com jovens da AD Campo Lindo - Ministério Madureira.

 ISBN:978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN:978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**